
Expulsão orientada do racismo estrutural da comunicação: um conceito e saídas¹

Céres SANTOS²

Márcia GUENA³

Universidade do Estado da Bahia (UNEB)

Resumo

Neste artigo partimos da perspectiva de que os mídias hegemônicas no Brasil resistem em romper com o racismo, mantendo barreiras no acesso da população negra ao discurso midiático. Essa visão é fruto de dados de pesquisas que desenvolvemos sobre mídia e racismo e, em especial, a que analisou a cobertura dos assassinatos de George Floyd, e João Alberto Freitas, em quatro telejornais brasileiros das emissoras Globo, Record, Band e Cultura. Essa pesquisa expôs fragilidades dessa cobertura, como a ausência de fontes negras. Nesse artigo propomos intervir nessa realidade, com o chamamos de ‘expulsão orientada do racismo estrutural na comunicação’. Revisitamos conceitos e categorias como racismo estrutural e jornalismo, ética e cidadania e tratamos do potencial inovador dessa proposta em meio à crise do Jornalismo e sobrevivência do racismo através dos algorítmicos.

Palavras-chaves: Racismo e mídia; sistema-mundo; ética; cidadania

Apresentação

Nossos estudos sobre racismo na mídia hegemônica nos levaram a um certo esgotamento e ao dilema: continuar ou parar de desenvolver pesquisas, principalmente nos mídias hegemônicas brasileiros, sobre racismo e comunicação já que esses estudos têm nos apontado para um quase mantra: sim, o racismo está presente na mídia hegemônica. Sim, o jornalismo não rompe com um dos resquícios que fundamentam a colonialidade/modernidade: o racismo como elemento estruturante da sociedade brasileira. Essa retroalimentação fragiliza o próprio jornalismo que se vê de saia justa quando o tema de uma cobertura envolve questões raciais.

Aqui, vamos apresentar alguns dados que deram origem a esse artigo, relacionados aos resultados da pesquisa, desenvolvida pelo Grupo de Pesquisas Rhecados - Hierarquizações étnico-raciais, Comunicação e direitos humanos, coordenado pelas autoras desse artigo e registrado junto ao Conselho Nacional de Desenvolvimento

¹ Trabalho apresentado no GP Comunicação para a cidadania, XXI Encontro dos Grupos de Pesquisas em Comunicação, evento componente do 44º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

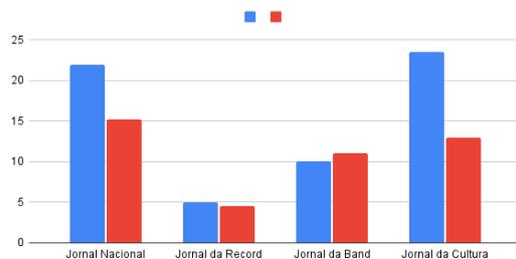
² Jornalista, Doutora em Comunicação pela ECA/Universidade de São Paulo (USP), Mestre em Educação pela Universidade do Estado da Bahia (UNEB) e docente no curso de Jornalismo da UNEB, Campus III, Juazeiro. ceresantos3@gmail.com.

³ Jornalista, Doutora em História (UCM), Mestre em Integração na América Latina (USP), e professora do curso de Jornalismo da Universidade do Estado da Bahia (UNEB), Campus III, Juazeiro, marciaguena@gmail.com.

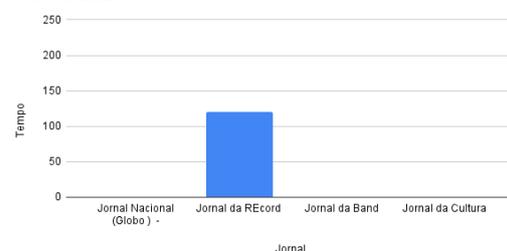
Científico e Tecnológico (CNPQ), que analisou a cobertura de quatro telejornais das emissoras brasileiras, Rede Globo, Cultura, Rede Band e Record sobre os assassinatos de George Floyd, 46 anos, (de 25 a 29 de maio de 2020). Floyd foi morto em 25 de maio de 2020, mas o fato só foi noticiado no Brasil em 27 de maio de 2020 e João Alberto Freitas, 40 anos (de 19 a 21 de novembro de 2020), cujas notícias foram veiculadas dia 20 de novembro, Dia Nacional da Consciência Negra. No caso do assassinato de Floyd analisamos 12 programas – de 27 a 29 de maio de 2020 - que somaram 11,51 minutos. Já a cobertura da morte de Ferreira, foram oito programas, dos dias 20 e 21 de novembro de 2020 e somaram 104 minutos.

Tempo de exibição das reportagens - Caso João Alberto

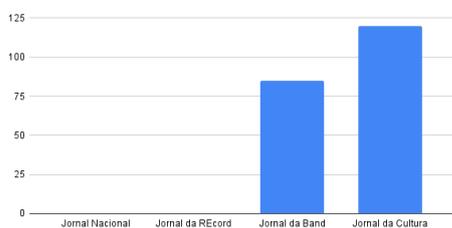
Dia 20 - Azul Dia 21 - Vermelho



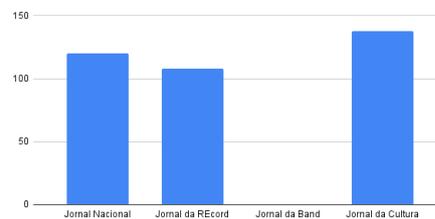
Tempo de exibição das reportagens George Floyd dia 27 de maio de 2020



Tempo de exibição das reportagens -George Floyd - 28/05/2020



Tempo de exibição das reportagens -George Floyd - 29/05/2020



Dados levantados pelas pesquisadoras.

Os Gráficos de Floyd estão em segundos e os de João Alberto em Minutos

Observamos, após a seleção dos programas e análise crítica do discurso, segundo os pressupostos sugeridos por Teun Van Dick, várias questões, mas aqui, vamos ressaltar os que se relacionam com a presença do racismo estrutural no jornalismo brasileiro e que apontamos como constituinte da lista dos fatores e camadas que resultaram na crise no jornalismo: 1- O início da cobertura do assassinato de Floyd no Brasil se deu dois dias após a sua morte, quando o fato já estava sendo veiculado internacionalmente. Esse dado, nos aponta para o descaso às mortes de pessoas negras; 2- Algumas emissoras, a exemplo da Globo, têm correspondentes nos Estados Unidos, mas estes não foram acionados; 3 - a cobertura foi factual, não gerou novas pautas com temas correlatos, nem motivou a

procura por outras pessoas negras e fontes especializadas; 4 – o telejornal que fugiu dessa lógica foi a Tv Cultura; 5– a mídia hegemônica faz uma ligação imediatista e generalizada de manifestações públicas que registram violência a vandalismo. Também constatamos que: 6 – muitas fontes negras não tiveram seus nomes inseridos na tela durante as reportagens; e 7- dificuldade em associar os dois crimes a práticas racistas.

Diante desses dados elaboramos esse artigo para apresentar a ideia de que é possível aproveitar esse momento de crise para a execução de uma proposta de rompimento com o racismo estrutural. Nesse sentido, trabalhamos com os conceitos de racismo estrutural, e sua relação com o jornalismo, ética, cidadania, democracia e necropolítica. Em seguida, tratamos de associar o racismo estrutural aos elementos geradores da crise no jornalismo brasileiro e apresentamos a ideia de ‘expulsão orientada do racismo estrutural da Comunicação’, como alternativa viável de enfrentamento do racismo potencializado pelos algorítmicos no jornalismo brasileiro.

Racismo estrutural e outras exclusões

A invenção, prática e proliferação do racismo estrutural, nas Américas, estão associadas à imposição do colonialismo, a partir do século XV, de algumas regras, ainda em rigor, como recorrer a pigmentação das peles para hierarquizar acesso ou exclusão aos processos que se formavam. A cor da pele, por exemplo, tornou-se determinante para o não acesso ao trabalho remunerado. Almeida (2018) compreende como racismo estrutural aquele conceito capaz de criar e usar regras que normatizam as relações em uma determinada sociedade e “aderentes à sociedade de classes”, (OLIVEIRA, 2021, p. 61).

Para se efetivar o racismo estrutural opera no campo institucional que, na verdade é, um dos seus tentáculos mais promissores pois, de acordo com Almeida (2018) são as instituições públicas as que melhor reproduzem aquilo que lhe é inerente, inseparável e de existência prévia. Nesse sentido “as instituições são apenas a materialização de uma estrutura social ou de um modo de socialização que tem o racismo como um dos seus componentes orgânicos” (ALMEIDA, 2018, p. 47).

Sendo assim, as instituições podem não ser as responsáveis pela criação do racismo, mas não podem ser isentadas delas são responsáveis, segundo Almeida (2018), pela manutenção de padrões operacionais que resultam em práticas, regras que privilegiam determinados grupos e excluem outros, segundo os princípios das relações raciais de cada sociedade. “Ou seja, do modo “normal” com que se constituem as relações

políticas, econômicas, jurídicas e até familiares, não sendo uma patologia social e nem um desarranjo institucional. O racismo é estrutural” (ALMEIDA, 2018, p. 50).

Com essa preocupação em relação ao racismo estrutural, não podemos estar desatentas ao impacto do racismo dos algorítmicos que por conta dos avanços das Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC's), do jornalismo de dados, do capitalismo e jornalismo dos algorítmicos o racismo ganhou uma sobrevida típica de série de desenhos e filmes de super herói do mau que, de forma mágica e instantânea, se fortalece e se torna invencível.

Silva (2020) discute que o véu de neutralidade das tecnologias tem sido sistematicamente desvendado por pesquisadores, que passaram a discutir as interfaces entre “os fenômenos da comunicação digital, raça, negritude e branquitude” (SILVA, 2020, p.9), dentre outras conexões. Os estudos têm mostrado que tanto os processos como as ideologias oriundas do Vale do Silício “são racializadas, a partir de uma lógica da supremacia branca” (SILVA, 2020, p.121). Muitos incorporaram a ideia de que o espaço virtual não possui regulação e onde tudo pode. Assim, a lógica algorítmica está submetida à mesma macroestrutura que regula o sistema-mundo, suas violências e exclusões, assentando conceitos e respostas racistas e excludentes na grande malha digital.

A comunicação dentro do sistema-mundo

A expulsão orientada do racismo da comunicação é uma busca que sinaliza para um deslocamento que consiste na saída do lugar da denúncia em direção à alternativas conceituais e práticas dentro do campo comunicacional que desmontem ou abalem o *modus operandi* que perpetua o racismo dentro das rotinas gerenciais e, também, epistêmicas que pensam e produzem os meios de Comunicação.

Porém, é necessário considerar que essas alternativas precisam ser pensadas a partir de um diagnóstico do campo produtivo da Comunicação, inserido na estrutura de capital globalizado, onde estão em jogo grandes operações comerciais internacionais. Nesse sentido o conceito de sistema-mundo moderno colonial, de Oliver Cox - intelectual negro de Trinad-Tobago a quem a autoria dessa definição foi reconhecida tardiamente - nos dá um importante lastro. Para Cox, “o capitalismo é um sistema global desde o seu surgimento (...) sendo o capitalismo ocidental um sistema eminentemente expansionista”

(PICO, 2018, p. 143)⁴, tendo no comércio a sua força primordial. “Todas as demais formas de produção em uma sociedade capitalista dirigente, estão relacionadas com ele ou dependem dele (COX 1972, pp. 159-160, apud PICO, 2018, p. 143)⁵. Grossfoguel (2018), em diálogo com Cox, questiona a existência de sociedades nacionais frente aos movimentos globais do capitalismo:

O conceito de sistema-mundo é um movimento de protesto dentro das ciências sociais eurocêntricas contra as análises que utilizam a categoria ‘sociedade’, entendida como equivalente a Estado-Nação. Outra maneira de dizer o mesmo seria usar a noção de ‘sociedade-mundo’, ou seja, que vivemos em temporalidades e espacialidades de ‘sociedades globais’ e não de ‘sociedades nacionais. A ideia da teoria do sistema mundo é de que existem temporalidades e espacialidades mais amplas que as dos ‘Estados-Nação’ (GOSFOGUEL, 2018, p. 63).

Esse conceito nos permite localizar a Comunicação no sistema mundo e pensá-la para além das fronteiras, percebendo os vínculos e lógicas que determinam o seu funcionamento, portanto os vínculos e lógicas que estruturam o racismo dentro das organizações comunicacionais, que estão subordinadas ao comércio e à financeirização, como apontaremos abaixo. As opressões raciais operam de formas similares para além das divisas nacionais, com atenção particular para a população negra nas Américas. “Para Oliver Cox, o racismo é uma estrutura funcional do sistema capitalista. Funcional, porque provoca justificativa de exploração em diversos níveis de certos grupos”. (PICO, 2018, p. 149). Sodré (2014). Indo para fora das fronteiras nacionais, é necessário pensar a Comunicação a partir da organização do capital financeiro internacional:

Capitalismo financeiro e comunicação constituem hoje, no mundo globalizado, um par indissolúvel. O capitalismo contemporâneo é ao mesmo tempo financeiro e midiático: financeirização e mídias são as duas faces de uma moeda chamada sociedade avançada, essa mesma a que se vem aponto o prefixo ‘pós’ (pós-industrialismo, pós-modernidade etc.). (SODRÉ, 2014, p. 55).

Sodré (2014) afirma que o par “comunicação/informação” ampara, através da virtualização e da ficcionalização, o desenvolvimento de um capital fictício, que não tem por trás a geração de riqueza, mas um mercado financeiro que impulsiona o capitalismo. Esta lógica colabora com a precarização do trabalho, a ruína do “Estado de bem-estar social e da tradicional organização das forças produtivas em favor da precarização do

⁴ Tradução das autoras

⁵ Tradução das autoras

trabalho, com vistas ao aumento de rendimentos do capital fictício” (SODRÉ, 2014, p. 57).

Assim, o grande fluxo de informações, através das redes, dos *streams*, não geram apenas mensagens, como acentuam Sodré, “mas principalmente dinheiro” (SODRÉ, 2014, p. 61). O autor afirma que esse imbricamento não começa apenas com o desenvolvimento da internet, mas está vinculada à forma como a comunicação se vinculou ao capital desde a revolução industrial, passando pela importância que os estudos dos efeitos ganham nos Estados Unidos, já na década de 40 e se perpetuam no campo, dando respostas a questões do mercado.

Portanto, as respostas para a expulsão orientada do racismo podem ser pensadas para essa Comunicação. O que é bastante complexo, já que o racismo é estrutural e suas violências e exclusões, estão na base de funcionamento do sistema-mundo moderno colonial. Ou seja, na base das suas instituições. Opera como o *radier* de uma casa. Assim, como expulsar o racismo se ele é intrínseco a esta estrutura? Esta é a questão central. Mas acreditamos que o entrelaçamento entre a cidadania, a ética e os Direitos Humanos possam garantir espaços de convivência, enquanto esta estrutura se mantém de pé.

Crise no jornalismo e ação contra o racismo estrutural

Queremos apenas indicar que trabalhamos a proposição de Genro Filho (1987) que compreende o jornalismo como uma forma de apropriação de um conhecimento puro na singularidade do fato que, mesmo condicionado pelo capitalismo tem, vigor capaz de ultrapassar as suas funcionalidades na engrenagem da produção. Força para ultrapassar sua vocação empresarial. Para nós, esse conhecimento precisa se desprender da ideia dominante e excludente do modelo de produção de conhecimento universalizante e eurocêntrica. Afora isso e como salienta Sodré (2010), é preciso que se determine a natureza da cultura comunicacional em que se realiza a prática jornalística. Essa localização contribui para nosso entendimento, crítica e proposições à comunicação. Nesse sentido, temos identificado o jornalismo em um incomodo lugar de reprodução do racismo estrutural.

Mesmo nos solidarizando aos estudos que apontam para uma crise no jornalismo, por conta das questões mercadológicas muitas provocadas pelo boom das redes digitais, como a necessidade de novos modelos de negócios e receitas, precarização do trabalho dos/as jornalistas e, também, para a necessidade de uma diversidade tanto de narrativas,

como de fontes. Ou seja, o momento nos motiva a fazer um questionamento: a crise do jornalismo pode levar a uma auto reflexão e desestabilização do racismo estrutural e suas representações nesse campo?

Já para Oliveira (2020) e Cristofolletti (2019) o jornalismo tem, como essência o fornecimento de informações sobre acontecimentos atuais, cujas narrativas são pautadas, na atualidade, pela ética. O jornalismo não nasceu transportando, defendendo ideias democráticas, mas passou a transitar pelos campos da Comunicação e Direitos Humanos. Ao mesmo tempo em que, noticia que chegou a um número maior de pessoas, é um produto vendável, que também se articula e sofre as consequências do mercado e regras da economia neoliberal e globalizante. Sendo assim, o jornalismo ainda se debate entre a veiculação de narrativas comprometidas com interesses políticos e ideológicos (dos mais diversos), com questões como imparcialidade e neutralidade, questões éticas que o jornalismo absorveu ao longo dos tempos.

Nessa lógica o jornalismo (não só o brasileiro) não fugiu das artimanhas e armadilhas do racismo estrutural. Os dados da pesquisa que nos guia nesse artigo, sobre a cobertura dos assassinatos de George Floyd (de 25 a 29 de maio de 2020) e João Alberto Freitas (de 19 a 21 de novembro de 2020) em quatro telejornais brasileiros das emissoras Globo, Record, Band e Cultura sinalizam para a intensidade da presença do racismo estrutural nas rotinas produtivas do jornalismo brasileiro.

Seja pelo silenciamento de vozes e temas que envolvem a questão racial no Brasil, seja pelo conteúdo das matérias, fragilidade dos temas e preferência por fontes brancas e hegemônicas. Nessa identidade entre o racismo estrutural e o jornalismo brasileiro se solidifica e se reafirma uma prática colonialista, uma poderosa metralhadora apontada para grupos populacionais, a exemplo da população negra.

Aliás, algo previsível por Mbembe (2014) quando trata da necropolítica e trata da capacidade dos estados-nações em determinar quem deve viver e quem deve morrer. O autor se debruça sobre a história para identificar as tramas internas dos estados que retroalimentam e expandem esse ‘direito’ de matar, mesmo em situações que não são de guerra, de estado de sítio ou de exceção. É nesse complexo contexto que encontramos o jornalismo brasileiro em uma crise que amálgama uma diversidade de causas, desde as mudanças provocadas pelas TIC’s; credibilidade, mercadológica e de sustentabilidade, de conteúdo narrativo, por exemplo. Para Christofolletti (2019):

A crise do jornalismo é também política porque afeta a sua governança. A forma como profissionais e organizações se regem. É importante entender que a governança envolve não apenas o gesto de governar, mas também o estabelecimento de regra e sua implementação nas práticas sociais (Blair, 1955; Bevir, 2011, 2013). No jornalismo, a governança deve ser pensada em como se relacionam os diversos atores envolvidos no processo de informação: jornalistas, proprietários, gestores, audiências, fontes, anunciantes demais grupos interessados. Por isso, a governança no jornalismo tem quatro dimensões: a) editorial; b) de gestão; c) financeira e de sustentabilidade; d) de engajamento e circulação (Mick e Tavares, 2017). CHRISTOFOLETTI, 2019, p. 86).

Observem que o enfrentamento do racismo estrutural não é referendado como um dos elementos da crise do jornalismo nem como alternativa de superação, pelo menos, de um dos elementos estruturantes dessa crise. Mas nós queremos contribuir para esse debate a partir de um lugar de fala construído por um discurso antirracista, inclusive, no jornalismo. Nesse sentido não nos excluimos de pensar que, em uma sociedade onde cresce o grau de conscientização de sua população, que aumenta o número de pessoas ligadas à luta antirracista, que fermenta os movimentos de temas como gênero, raça, sexualidade e feminismos negros, movimentos esses que rompem com regras regulatórias de raça, gênero e sexualidade, o fator racismo estrutural é um dos elementos estruturantes da crise no jornalismo.

Quando pesquisávamos sobre a cobertura dos assassinatos de George Floyd e João Alberto Freire, nos deparamos com duas ações significativas da audiência, na tv fechada. Na noite de 1º de junho de 2020, o canal Globo News apresentou uma equipe de comentaristas brancos/as para tratar do assassinato de George Floyd. O fato gerou um protesto de um assinante e o ato gerou uma polêmica nas redes sociais. No outro dia, 2 de junho de 2020, a emissora pediu desculpas e apresentou um programa só com jornalistas negras. O programa foi reprisado no fantástico de 7 de junho de 2020.

Nesse mesma noite e enquanto a Globo News fazia o seu réu confesso em outra emissora, na CNN outro incidente, não menos indigesto. A CNN fazia a cobertura do assassinato de George Floyd e o âncora do telejornal noturno era Willian Waack, jornalista que fora demitido da Rede Globo por racismo, após vazar, em 9 de novembro de 2017, ao vivo, um áudio onde faz comentário racista. Na oportunidade a entrevistada era a consulesa francesa, Alexandra Loras, que manifestou seu incomodo em ser entrevistada por Waack e sugeriu a emissora que contratasse profissionais negros/as.



Os dois exemplos colaboram para evidenciar as mudanças de comportamento das audiências e sinalizam para alguns dos elementos que formam a crise do jornalismo, pelo menos no Brasil.

Acreditando que nossas denúncias não tem sido ouvidas e que podemos contribuir em uma nova etapa de superação da crise do jornalismo na qual nossa contribuição extrapola a denúncia e parte para um ativismo para o enfrentamento do racismo. Nesse sentido, pensamos na ideia ‘de expulsão orientada’ do racismo estrutural, como um mecanismo, uma categoria para o enfrentamento do racismo.

Sem dúvida, o racismo na mídia reforça as barreiras impeditivas do acesso às narrativas não hegemônicas, a exemplo dos discursos dos homens e mulheres negras. Nesse sentido, o racismo solidifica e atualiza esses bloqueios, no mínimo, à cidadania participativa defendida por Gohn (2010). Ou seja, os mídias hegemônicas não contemplam a diversidade cultural, racial, por exemplo, da população brasileira, nem se imagina em um outro modelo de gestão onde grupos historicamente excluídos decidam sobre tipo de conteúdos, fontes e pautas jornalísticas. Mas a expulsão orientada do racismo pode recorrer a esse nicho para construir um outro caminhar.

Definindo expulsão orientada do racismo

Entendemos que a ‘expulsão orientada do racismo na comunicação’ passa, necessariamente, por uma discussão da ética que reflita na práxis. Com a explosão da comunicação *online* e retorno ao controle pelos grandes conglomerados de mídia, esta discussão tornou-se mais premente, necessária e toca a todos/as que produzem conteúdo, como salienta Cristofolletti (2014, p.7): “tornou-se um elemento decisivo para distinguir o que é ou não é aceitável, o que é ou não é correto, o que é ou não é respeitador da dignidade humana”.

Novamente partindo do conceito de sistema-mundo, de mercados e pessoas interligadas, mas onde domina a hierarquização das pessoas por raça, gênero, classe e

sexualidade, como acentua Maldonado Torres (2018), a ética precisa ser deslocada do seu eixo eurocêntrico e ser pensada a partir dos diversos grupos em conflito e das diferentes concepções éticas, não ocidentais. Falar de uma ética antirracista é realizar esse deslocamento.

Christians (2014) traz importantes contribuições nesse sentido. A perspectiva ética internacional começa a vigorar a partir dos anos 80, com a publicação do Relatório MacBride, elaborado sobre o patrocínio da UNESCO, com o título “*Many Voices, One World: Towards a New More Just and More Efficient World Information and Communication Order* (Um Mundo e Muitas Vozes: Para uma Mais Justa e Mais Eficiente Ordem Mundial da Informação e da Comunicação)”, que faz um levantamento internacional sobre as formas de trabalho da mídia. O documento aponta a concentração das indústrias da mídia e recomenda o estabelecimento de programas de qualidade de ensino de Jornalismo em todo o mundo, entre outras questões.

Este relatório norteia outros documentos internacionais e o estabelecimento de códigos de ética em várias áreas da Comunicação. Christians (2014) traz elementos para pensar a perspectiva internacional da ética, não em um caráter global, mas para apontar como diferentes culturas pensam a questão fazendo, inicialmente uma crítica a perspectiva etnocêntrica de Habermas, quem defende que o “discurso público está sintonizado com interesses generalizáveis”, excluindo assim as “subculturas marginais” (CHRISTIANS, 2014, p. 19).

Segundo Christians (2014), a teoria da ética vem reconhecendo esse caráter etnocêntrico e se debruçado sobre outras concepções. O autor traz a discussão sobre a ética feminista do cuidar, a confucionista e a ética comunal africana. Acreditamos que essas perspectivas nos trazem elementos para pensar o combate ao racismo, no sentido que proporcionam outras bases para pensar a relação da mídia com os grupos subalternizados e com as estruturas de poder. No caso da ética feminista do cuidar ela prioriza a outra, o outro. “O que cuida está atento ao que é cuidado, tanto em pensamento como em atos” (NODDINGS, 1984, apud CHRISTIANS, 2014, p. 20). Há preocupação, há deslocamento e há perenidade no cuidar. Os feminismos negros tem uma máxima: “uma sobe e puxa a outra”.

Aliás, às mulheres negras são alvo preferido dos dispositivos racistas dos mídias hegemônicas. Santos (2007) ao investigar sobre a cobertura da adoção das políticas de cotas no Brasil, para ampliar o acesso de negros/as ao Ensino Superior chegou uma

realidade tensa, quando observado o item as pessoas fontes sobre o temas nos jornais O Globo, Jornal do Brasil, Folha de São Paulo e A Tarde (BA), durante todo o ano de 2001. De um total de 345 pessoas entrevistadas, 222 foram falas masculinas , sendo 187 institucionais e 35 não oficiais. Já o total de mulheres negras, foi de, apenas 20. Já as mulheres brancas chegaram a 53, homens negros 33 e outras fontes, como dados de pesquisa,17.

É por conta de uma realidade histórica com esse perfil, acrescida, ainda, da representação negativa e estereótipos para apresentar as mulheres negras, quando são visualizadas na mídia hegemônica, que os feminismos negros defendem algumas proposições como Collins (2016) com a auto definição e a auto avaliação das mulheres negras, alterando o que é registrado sobre esse grupo para o que é produzido por ele, e Gonzalez (1988), que trata de lugar de fala ao propor a ideia de amefricanidade, onde as mulheres negras e indígenas precisam publicizar suas narrativas.

A ética feminista do cuidar tem impacto no Jornalismo sobre vários aspectos. Primeiro, transforma a objetividade e a neutralidade, levando em conta a outra, o outro, de forma que a “vida pública corra bem” (CHRISTIANS, 2014, p.20). Em segundo lugar, a audiência e os leitores importam. Terceiro, uma ética do cuidar leva-nos a repensar os propósitos da imprensa. A primeira missão do jornalismo não consiste já no papel de fiscalizador [*watchdog*], mas no papel de facilitador da vida civil. A vida pública, que está para além dos governos e dos negócios, requer uma atenção especial. O envolvimento e a liderança das mulheres precisam de ser fortemente apoiados, se queremos que a educação, a ciência, as comunidades, as ONG’s e a cultura se desenvolvam (CHRISTIANS, 2014, p.20).

O comunalismo africano é pensado pelo autor através do conceito de Ubuntu: “a humanidade em direção aos outros (Wiredu, 1980, p. 36 apud Christians, 2014, p. 22)”. “A palavra *Ubuntu* vem das línguas Zulu e Xhosa, e sintetiza a máxima Zulu *umuntu ngumuntu ngabantu*, que quer dizer que uma pessoa é uma pessoa através das outras pessoas, ou ‘eu sou por causa dos outros’” (CHRISTIANS, 2014, p.22). Assim, a dignidade humana é a máxima central do princípio Ubuntu. A liberdade não é um bem individual, como é preconizado no mundo liberal, mas um bem coletivo. A partir desse princípio, não existe uma ética restrita à profissão, mas uma ética geral; não se valoriza falas espetaculares, mas sim vozes representativas; comunidades e repórteres atuam como

autores das produções. Esse princípio tem particular importância no combate ao racismo, pois considera as vozes e a importância das pessoas negras e suas organizações.

Na ética confucionista equilíbrio e harmonia são os princípios fundamentais e nela o que vale é a excelência humana e não a posição social. Há uma ideia de humanidade em Confúcio, que não tem caráter individual, relacionado com a virtude, com a benevolência humana, desafiando a ideia ocidental de Direitos Humanos, na qual prepondera o aspecto legal. Uma lógica orientada para o respeito mútuo e da comunidade.

Para Chistians (2014), essas três conformações éticas convergem para três questões fundamentais: a verdade, a dignidade humana e a não violência. Esses princípios trazem elementos importantes para a expulsão orientada do racismo da comunicação, pois permitem a construção de parâmetros éticos que invertem a ordem de escuta, privilegiando grupos e comunidades, em nome de um bem comum.

As saídas em meio às crises ética e midiática

Tudo isso tem sido questionado em meio às mudanças no modelo de negócios da Comunicação, impostos pelas tecnologias digitais. O trabalho dos profissionais de Comunicação se modificou com as TIC's, profundamente e uma das novidades e a participação de públicos diversos na produção de conteúdos e a interagir de formas diversas. Essas são algumas ponderações de Barber (2014), ao discutir as mudanças do modelo de negócios dos media face às exigências éticas, de participação cidadã e das alterações provocadas pelo jornalismo *online*.

A discussão sugerida pelo autor tem particular importância para nós porque ele problematiza a adoção de padrões de qualidade nas empresas de Comunicação que não abarcam apenas a mensagem final, mas todo o processo produtivo e gerencial. “A proposta aponta no sentido de que a ética atravessa o negócio da comunicação de um extremo a outro e que, portanto, abarca todos os estratos implicados no processo.” (BARBER, 2014, p. 85). Assim, o autor discorre neste artigo sobre a adoção de selos éticos e padrões normativos, como já se adota em outras áreas produtivas, a exemplo do meio ambiente, que atribuem mais ou menos idoneidade a uma empresa.

Nos Estados Unidos há o selo o “TAO of Journalism (Transparent, Accountable, Open)” (*Transparente, Responsabilizável, Aberto*), patrocinado pelo Washington News Council (*Conselho de Imprensa de Washington*), que se baseiam na transparência da propriedade, na responsabilidade sobre o resultado do trabalho e na pluralidade de pontos

de vista (BARBER, 2014, p. 86). Este selo aparece na página principal dos veículos. Na Espanha há o “selo de compromisso ético” da Fundação do Conselho de Informação da Catalunha (FCIC).

Porém, a experiência mais destacada pelo autor, foi organizada na Suíça, com o principal objetivo é avaliar as contribuições dos veículos para o desenvolvimento da democracia e da sociedade. Trata-se do “Media and Society Foundation”¹¹ [*Fundação Media e Sociedade*], que desenvolveu na Europa certificações ISO destinadas, especificamente às empresas jornalísticas” (BARBER, 2014, p. 85). Essa certificação avalia a empresa globalmente. Os critérios analisados são os seguintes: “a independência e a transparência, a ética, o reconhecimento das identidades culturais, a acessibilidade dos *media*, a inovação e a criação, a relevância social e a qualidade dos conteúdos, o pluralismo e a abertura ao mundo” ((BARBER, 2014, p. 85). No entanto, as grandes corporações e empresas internacionais não receberam essa certificação, destaca o autor, apenas pequenos e médios negócios, o que é uma grande ausência.

O Brasil tem a experiência do selo do Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), que desde 2008, concede um selo às prefeituras que promovem, nas escolas, ações educativas sobre cultura e identidade afro-brasileira e indígena e, assim, garante os direitos de crianças e adolescentes. Já a Organização das Nações Unidas (ONU) criou a campanha internacional junto as empresas de propaganda e publicidade *Aliança sem estereótipo* para enfrentar a representação negativa e sexualizada de mulheres nos comerciais.

Interessa-nos destacar essas experiências para apontar que, internacionalmente, há uma preocupação com a qualidade ética na gestão e produção de conteúdos em comunicação. Sabemos que o expurgo dessa violência significaria a ruína das bases do sistema-mundo. Porém, estamos operando no seu interior, logo as discussões e estratégias éticas são válidas e importantes. O estabelecimento de selos, respeitados pelas grandes corporações e pelos consumidores é um importante parâmetro para uma comunicação antirracista, desde que esse aspecto seja contemplado na avaliação. Nesse sentido, a iniciativa privada e a pública, em especial, a área de educação, podem firmar acordos para a efetivação do enfrentamento do racismo na Comunicação.

Outra sugestão, é a inclusão nos conteúdos das formações oferecidas pelas empresas de comunicação aos/as novas profissionais, de temas que tratam do racismo no Brasil, o papel do jornalismo no enfrentamento desse problema, as ações da luta

antirracista, os feminismos negros etc. Essas formações podem ter o apoio de universidades que já desenvolvem ações nessa área.

É importante destacar que no âmbito brasileiro há importantes e antigos esforços de democratização da comunicação, articulada tanto pelo Movimento Negro Brasileiro, como por entidades de classe, mas fundamentalmente através dos movimentos sociais, como o Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação (FNDC) e o Intervezes - Coletivo Brasil de Comunicação Social que podem ser acionados para essa ação política.

Considerações Finais

Sabemos que diante do tamanho do impacto do racismo estrutural no Jornalismo, as ações antirracistas também deveriam ser mais incisivas. Afinal, estamos falando de uma questão política estruturante que permeia as relações sociais desde o período da colonização. Também sabemos do papel do jornalismo em silenciar as narrativas da população negra brasileira é secular e com efeitos nefastos.

Nesse sentido sabemos que as proposições, criação de um selo de qualidade; propor formações dos/as novos/as profissionais com conteúdos de enfrentamento do racismo na mídia, sugerir que a sociedade civil, por meio de organizações do Movimento Negro Brasileiro possam contribuir na gestão dessa inovação, já que, nunca foi experimentado a luta antirracista como um dos elementos de superação da crise do Jornalismo. Na verdade, não estamos trabalhando com as outras camadas da crise do Jornalismo, como a que diz respeito do mercado empresarial, embora acreditemos que a democratização, a polifonia de narrativas na mídia hegemônica, com conteúdos não racistas, pode sim, implicar positivamente nas finanças desse segmento econômico.

Acreditamos que o momento se configura de esgotamento do caráter antidemocrático dos mídias no Brasil. Porém, ainda persiste uma resistência histórica em se romper com o racismo. Assim, esse aspecto precisa ser contemplado em meio a crise do Jornalismo e enfrentado com a participação cidadã na comunicação. A proposta de expulsão orientada do racismo da comunicação, para se efetivar, deve contar com a participação de integrantes dos movimentos Negro Brasileiro e de Mulheres Negras; dos conselhos de Comunicação, do FNDC e Intervezes.

Referencial Bibliográfico

ALMEIDA, Sílvio. **Racismo estrutural**. São Paulo: Editora Pólen, 2018.

- BARBER, Carlos Maciá. Novos desafios para uma deontologia jornalística duradoura: o modelo de negócio dos *media* face às exigências éticas e à participação cidadã. **Comunicação e Sociedade**, vol. 25, 2014, p.83-96.
- CHRISTIANS, Clifford G. Panorâmica da ética dos media no plano internacional. **Comunicação e Sociedade**, vol. 25, 2014, p. 16-33.
- COLLINS, Patrícia Hill. Aprendendo com a outsider within: a significação sociológica do pensamento feminista negro. **Revista Sociedade e Estado**, Brasília, v. 31, n. 1, jan/abr, p. 99-127, 2016.
- CRISTOFOLETTI, Rogério. **A crise do jornalismo tem solução?** Estação das Letras e Cores, 2019.
- CRISTOFOLETTI, Rogério; FIDALGO, Joaquim. Ética na Comunicação: nota introdutória. In: **Comunicação e Sociedade**, vol. 25, 2014, pp. 7 – 10.
- GENRO FILHO, Adelmo. **O segredo da pirâmide:** para uma teoria marxista do jornalismo. Porto Alegre: Tchê!, 1987.
- GOHN, Maria da Glória. **Movimentos sociais e redes de mobilizações civis no Brasil contemporâneo.** Petrópolis: Vozes, 2010.
- GONZALEZ, Lélia. A categoria político-cultural de amefricanidade. **Tempo Brasileiro**, Rio de Janeiro, n. 92/93, jan/jun, p. 69-82, 1988. Disponível em: <<https://negrasoulblog.files.wordpress.com/2016/04/a-categoria-polc3adtico-cultural-de-amefricanidade-lelia-gonzales1.pdf>>. Acesso em: 1 agos 2021.
- GROSGOUEL, Ramón. Para uma visão decolonial da crise civilizatória e dos paradigmas da esquerda ocidentalizada. In: BERNARDINO-COSTA, Joaze; MALDONADO-TORRES, Nelson; GOSFOGUEL, Ramón. **Decolonialidade e pensamento afrodiáspórico.** Belo Horizonte, Autêntica Editora, 2018, p. 62-89.
- MBEMBE, Achille. **Crítica da Razão negra.** Lisboa: Editora Antígona, 2014.
- MALDONADO-TORRES, Nelson. Análise da colonialidade e da decolonialidade: algumas dimensões básicas. BERNARDINO-COSTA, Joaze; MALDONADO-TORRES, Nelson; GOSFOGUEL, Ramón. **Decolonialidade e pensamento afrodiáspórico.** Belo Horizonte, Autêntica Editora, 2018, p. 29-61.
- OLIVEIRA, Dennis. **Racismo Estrutural: uma perspectiva histórico-crítica.** Dandara Editora, 2021.
- _____. **Iniciação aos estudos de Jornalismo.** Instituto Abya Yala. SP, 2020.
- PICO, Daniel Montañez. La teoría del sistema-mundo es negra y caribeña: capitalismo y racismo en el pensamiento crítico de Oliver Cox. **Tabula Rasa**. Bogotá - Colombia, No.28: 139-161, enero-junio 2018, p. 139-161. Disponível em: http://www.scielo.org.co/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S1794-24892018000100139&lng=es&nrm=iso. Acesso em: 5 de agos 2021.
- SANTOS, Céres. **Mídia e educação:** o discurso da imprensa no debate das ações afirmativas para negros/as. Dissertação (Mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Educação). Departamento de Educação da Universidade do Estado da Bahia (UNEB), 2007.
- SODRÉ, Muniz. **A ciência do comum:** notas para o método comunicacional. Rio de Janeiro, Petrópolis, 2014.
- _____. **Jornalismo como campo de pesquisa.** Disponível em: <https://bjr.sbpjor.org.br/bjr/article/view/13/13>. Acesso em: 2 de ag 2021.
- SILVA, Tarcízio (org). **Comunidades, Algoritmos e Ativismos Digitais: Olhares Afrodiáspóricos.** São Paulo, Consultoria Editorial: LiteraRUA, 2020.
- _____. **Racismo Algorítmico em Plataformas Digitais: microagressões e e discriminação em código.** In: SILVA, Tarcízio (org). **Comunidades, Algoritmos e Ativismos Digitais: Olhares Afrodiáspóricos.** São Paulo, Consultoria Editorial: LiteraRUA, 2020, p. 120-137. <https://drive.google.com/file/d/1ysu-6JYiokt-rFCuDLILZkAhEevhz7n4/view?usp=sharing>
- GLOBONEWS EM PAUTA.

<http://g1.globo.com/globo-news/videos/v/globonews-em-pauta-edicao-de-terca-feira-02062020/8598590/>

Programa CNN

<https://tvefamosos.uol.com.br/noticias/redacao/2020/06/03/alexandra-loras-quem-e-a-jornalista-que-expos-waack-ao-vivo-na-cnn.htm>

<https://twitter.com/i/status/928298103429632000>